

Vistoria na rodoviária

Da Redação

Os quatrocentos quiosques espalhados pela Rodoviária do Plano Piloto estão com os dias contados. O procurador da República Alexandre Camanho pediu ontem, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), uma perícia para definir se as barracas afrontam o tombamento de Brasília.

A vistoria é o primeiro passo para uma ação civil pública com o objetivo de retirar os quiosques do local. A medida não se estende aos 72 pontos comerciais previstos no projeto original da rodoviária.

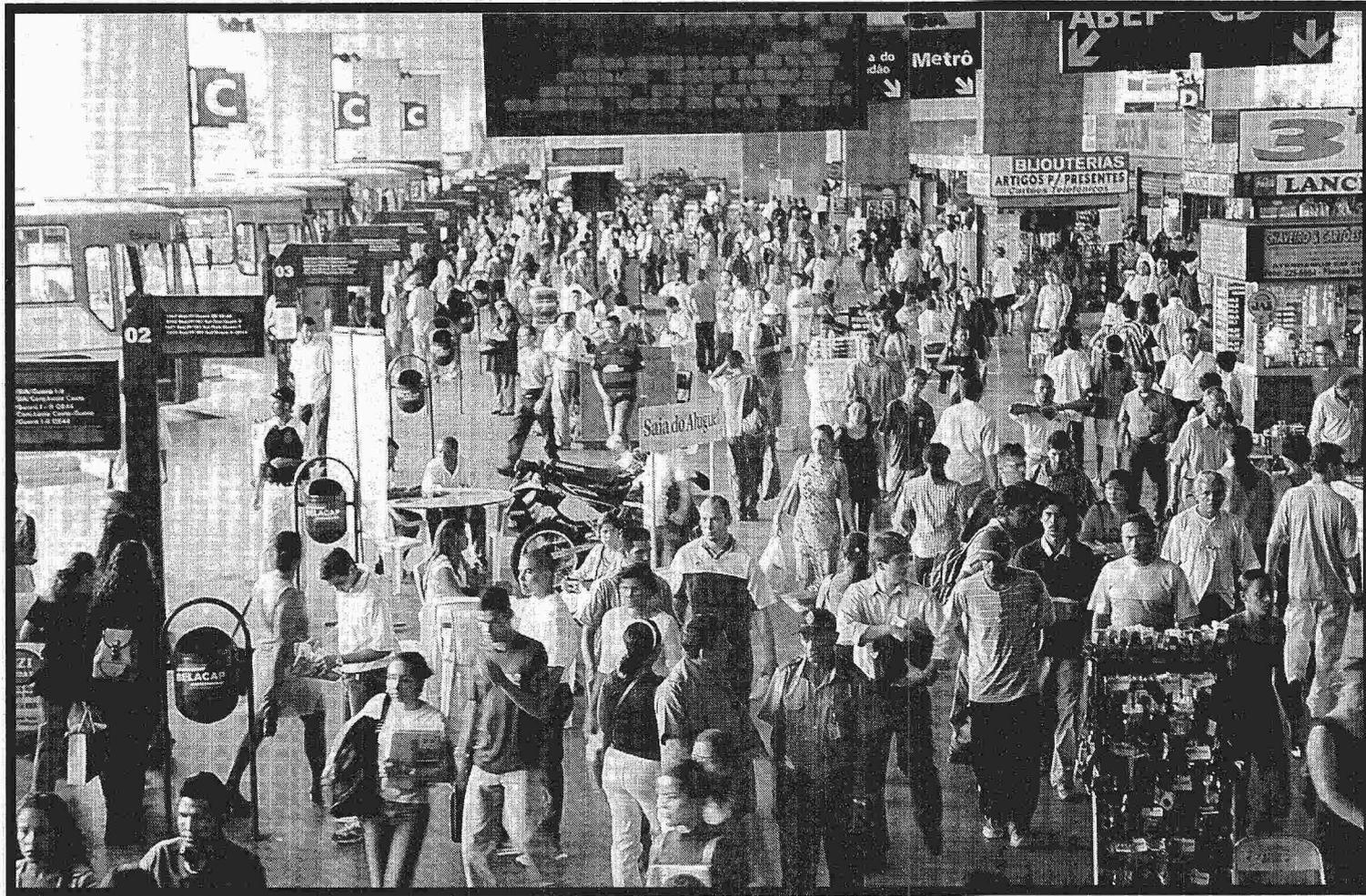
Camanho entende que os pontos comerciais comprometem a circulação de passageiros e as características arquitetônicas da rodoviária. "Se a perícia do Iphan constatar que aquilo é realmente uma afronta, é evidente que os comerciantes vão ter de sair. Aquela é uma área tombada de Brasília". O procurador deu prazo de dez dias para que a vistoria seja concluída.

A gerente executiva do Iphan no Distrito Federal, Fátima Cisneiros, também é favorável à remoção das barracas da rodoviária. "A presença daqueles quiosques é algo que não deveria ter acontecido", alega.

O presidente da Associação dos Quiosques e Vendedores de Cartões Telefônicos, Francisco de Assis Albuquerque, discorda. "Não tem esta história de tombamento. A cidade está crescendo e a rodoviária precisa se adaptar. O Iphan pode até fazer vistoria. Mas não pode atrapalhar quem quer trabalhar", diz ele.

O presidente do Sindicato dos Comerciantes, Permissãoários e Autorizados de Logradouros e Áreas Públicas, Eli Vieira, garante que vai assegurar na Justiça o direito de permanecer na estação. "Nós temos autorizações concedidas pelas administrações anteriores da rodoviária", justifica.

Camanho também pediu que o Iphan realize perícia no Cen-



PROCURADOR QUER SABER SE BARRACAS DA RODOVIÁRIA AFRONTAM O TOMBAMENTO DE BRASÍLIA: AÇÃO PÚBLICA PARA RETIRAR OS QUIOSQUES

tro de Convenções Ulysses Guimarães. O local foi cercado com tapumes para obras de reforma e ampliação. "O trabalho não pode começar enquanto não houver aval do Iphan", alertou o procurador.

Fátima Cisneiros explica que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur) enviou ao Iphan um projeto para a ampliação da área destinada ao Centro de Convenções. "Antes da autorização formal do Iphan e da Administração de Brasília, a obra não pode começar."

No final da tarde de ontem, Alexandre Camanho entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal, pedindo que seja suspensa a realização de shows na Esplanada dos Ministérios.

Agressões ao traçado da cidade

20 DE FEVEREIRO

A Administração de Brasília deu 15 dias para que a dona de um apartamento no bloco F da 311 Norte apresentasse projeto de reforma da cobertura onde mora. A obra havia sido embargada porque fere a Lei Distrital 2.325, que fixa o limite da ocupação nas coberturas de prédios residenciais em até 40% da projeção registrada em cartório.

MEMÓRIA

13 DE FEVEREIRO

Um trator da Administração de Brasília derrubou duas construções erguidas irregularmente nos fundos de estabelecimentos comerciais da 305 Sul: uma loja de roupas femininas e outra alugada para uma boutique em reforma. As proprietárias aproveitaram o carnaval para aumentar as lojas, que avançaram sobre área pública. A lei das taxas permite quem invadiu áreas públicas até novembro de 2000 permanecer no local mediante pagamento. O valor é calculado sobre cada metro quadrado ocupado de forma irregular.

22 DE JANEIRO

O Conselho Técnico de Preservação de Brasília (CTPB) fez reclamação formal ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). O motivo é a sucessão de decisões judiciais que dificultam o trabalho de reduzir a poluição visual no Plano Piloto. Três liminares foram obtidas no TJDFT por empresas de publicidade externa, e garantiram a manutenção de três dos outdoors que mais incomodam o CTPB, nos setores Bancário e Comercial Sul. Todas as peças publicitárias ocupam as laterais dos prédios e anunciam empresas de telefonia.